

# Números e leituras no Brasil: uma discussão sobre legitimidade e agência no mercado editorial brasileiro<sup>1</sup>

Angícia Gomes Pereira Mourão<sup>2</sup>

(SEDUC-CE/ UFRGS-RS)

**Resumo:** Proponho uma análise da agência dos números (DESROSIÈRES, 1993; SCOTT, 1998; FOUCAULT, 2021) expressos na quinta e última edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, publicada em 2020. Os números dessa pesquisa evidenciam a imbricação entre Estado e mercado no setor cultural brasileiro. Eles também costumam ser apresentados como de importância fundamental para a compreensão e promoção dos hábitos de leitura dos brasileiros. Usualmente, é a eles que se costuma atribuir legitimidade tanto aos argumentos em prol da leitura, quanto ao senso comum de que “o brasileiro não lê”. Dessa forma, este trabalho contribui para as discussões a respeito das relações entre poder público e privado no mercado cultural brasileiro, das políticas públicas como práticas sociais e discursos culturalmente situados e da formulação de indicadores culturais no Brasil.

**Palavras-chave:** Mercado editorial. Indicadores culturais. Retratos da Leitura no Brasil.

Ouvir com alguma frequência que “o brasileiro não lê” ou que “pobre não lê no Brasil” me serviu de inspiração para a formulação deste ensaio. Enquanto tal, irei apresentar apenas algumas reflexões incipientes sobre indicadores culturais que apoiam o debate público sobre as práticas de leitura dos brasileiros. Portanto, com este texto, espero trocar e aprimorar ideias que possam ser desenvolvidas no futuro, senão por mim mesma, por quem venha a lê-lo.

Sendo mais específica, vou refletir sobre o que a quinta e última edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, publicada em setembro de 2020, expressa como sendo o leitor brasileiro. Os números dessa pesquisa se tornaram uma fonte de inquietação para mim, na medida em que eles costumam ser usados como forma de conferir

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

<sup>2</sup> Professora da rede pública de ensino básico do Ceará (SEDUC-CE). Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS-UFRGS). Pesquisadora do Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP) da mesma universidade, financiada pelo programa de concessão de bolsas de estudo da CAPES entre os anos de 2020 e 2023.

legitimidade tanto à elaboração de leis e políticas públicas pelo Estado brasileiro, em sua versão social-democrata, quanto às reivindicações de movimentos sociais centrados em bibliotecas comunitárias, livrarias e editoras de pequeno porte, que se posicionam contrariamente à proposta de taxação de livros pelo governo federal em sua versão neoliberal mais agressiva.

O relatório *Retratos da Leitura no Brasil* é o produto de uma pesquisa de âmbito nacional, executada em 2019, que visa “conhecer o comportamento do leitor” e “identificar os hábitos dos brasileiros” em relação à leitura de textos literários (IPL; IC, 2020). Sua primeira edição foi elaborada e executada a pedido do Ministério da Cultura (MinC) do Brasil. Já a última foi realizada através de uma colaboração entre Instituto Pró-Livro (IPL) e Itaú Cultural (IC), ambas organizações sociais de caráter privado e sem fins lucrativos. Para a sua realização, IPL e IC contaram com o apoio de diferentes entidades do mercado editorial brasileiro, a saber: a Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros), a Câmara Brasileira dos Livros (CBL) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Essas entidades são as mesmas que mantêm o IPL desde sua fundação em 2006<sup>3</sup>.

Portanto, podemos afirmar de antemão que há uma confluência entre interesses públicos e privados quando o assunto tratado são os hábitos de leitura dos brasileiros. Essa confluência de interesses entre Estado brasileiro, representado pelo MinC, e mercado editorial, representado pelas entidades de classe mencionadas, não é um fenômeno restrito ao caso deste relatório (Sorá, 2010). Tampouco é caso isolado a imbricação entre Estado e mercado quando se trata do surgimento de instrumentos de medição e controle de fenômenos sociais, como a prática da leitura de literatura (Desrosière, 1993).

Como observa Sorá (2010), é característico do mercado editorial brasileiro — performado por leitores, livrarias, bibliotecas, influenciadores, editoras, autores e livros — uma relação de oposição-complementaridade entre interesses públicos e privados. Essa relação é entendida mesmo como um princípio estrutural do mercado nacional.

---

<sup>3</sup> As edições anteriores foram realizadas nos anos de 2000, 2007, 2011 e 2015. Apenas a primeira foi executada diretamente pelas entidades representativas do mercado editorial brasileiro. O IPL, então, foi criado já com a incumbência de preparar e executar a segunda edição da pesquisa a se realizar no ano seguinte à sua fundação.

Desde 1937, o advento do Instituto Nacional do Livro e do Anuário Brasileiro de Literatura<sup>4</sup> evidenciam esse princípio.

Já diferentes formas de tratamento de dados estatísticos — produzidos em enquetes para diagnósticos, por exemplo — em geral provêm de transformações no mundo econômico (Desrosière, 1993). Isso ocorreria primeiramente a partir da extensão das relações mercantis, no continente europeu, desde o fim da Idade Média, e teria continuado no século XIX, com a padronização industrial e o aparecimento de grandes empresas. Assim, enquanto o trabalho administrativo do Estado se encarregaria de registrar nascimentos, casamentos, locais de moradia e mortes, por meio de uma taxonomia simples e estável, as atividades produtivas e as trocas não seriam inscritas nesses registros públicos. De forma semelhante, a relação dessas atividades com o Estado usualmente era tema de controvérsias (Desrosière, 1993).

A mais recente edição do relatório corresponde a um documento que emula apresentações de slides. Suas 153 páginas apresentam o histórico, os objetivos, “novidades da 5ª edição”, metodologia de pesquisa e os dados produzidos (IPL; IC, 2020). Em todas as páginas, números, gráficos, seções e subseções informam, sem qualquer mediação textual que se assemelhe a um parágrafo — como se pode conferir na imagem a seguir.

---

<sup>4</sup> De acordo com Sorá (2010, p. 327), o INL “[...] foi o primeiro órgão público projetado, idealmente, para multiplicar bibliotecas, estabelecer políticas públicas de leitura e promover o livro como veículo de cidadania. Sua fundação marcou a irrupção do Estado como agente de intervenção e expansão dos interesses públicos sobre a produção, a circulação e a leitura de livros”. Já o ABL foi uma publicação anual feita por e para editores, “a primeira forma de expressão sistemática e durável dos editores como categoria coletiva” (SORÁ, 2010, p. 343), sendo, portanto, o primeiro instrumento que tornou objetivo o acionamento dos editores como uma comunidade que disputava, à época, certa autoridade em um mercado de bens simbólicos.

Imagem 1 – Exemplos de páginas do relatório



Fonte: IPL e IC (2020).

Se prestarmos atenção à linha do tempo exposta no documento (IPL; IC, 2020), podemos perceber duas alterações significativas no histórico dos diagnósticos executados. Como diria Desrosière (1993), é preciso olhar para as mudanças de nomenclatura como objetos significativos em si mesmos. A primeira diz respeito ao que a pesquisa definiu como “público-alvo”. Se, em 2000, se considerava público-alvo toda a população brasileira com 14 anos ou mais e com, pelo menos, 3 anos de escolaridade; em 2007, o público compreendia também crianças a partir dos 5 anos e sem uma quantidade mínima de anos passados na escola. Em outras palavras, a noção de “leitor brasileiro” passa a abarcar o público infantil, não necessariamente escolarizado. Por conseguinte, parece ser o consumo de livros de literatura infantil e infanto-juvenil o que se visa observar e mesmo a criança que ainda não sabe ler por conta própria pode ser entendida como uma leitora, se a sua leitura for mediada por pais ou professores, por exemplo.

A segunda alteração também se dá entre as duas primeiras edições da pesquisa e tem a ver com a abrangência do território em que o questionário foi aplicado. Se em 2000, definia-se essa abrangência em termos de municípios; em 2007, ela correspondia a uma amostragem de indivíduos. A quantidade de estados em que se aplicou a pesquisa

também mudou: aumentou de 19, em 2000, para todos os 26 estados e o Distrito Federal, em 2007 (IPL; IC, 2020). Assim, o que pode ser considerado “nacional” se remodela, uma vez que deixa de adotar um critério majoritário e emprega o critério da totalidade absoluta de unidades federativas. A informação sobre a quantidade amostral de indivíduos inquiridos elucida e sustenta os dados produzidos. O efeito dessas alterações é também interessante: a partir de 2007, fica mais difícil haver quem diga que esse diagnóstico do IPL não corresponda a todo o território nacional. Quiçá, ele reflita realmente o comportamento do brasileiro quanto às suas práticas de leitura.

A terceira edição da pesquisa, realizada em 2015, mantém os critérios de público-alvo e abrangência adotados anteriormente. Contudo, ela não marca a repetição de um modelo de pesquisa já fixado, pois traz em si mais uma alteração: questionamentos sobre o uso de bibliotecas, da internet e de livros digitais. É ali que o termo “leitura digital” se apresenta como um tema de investigação, mesmo que a sua prática corresponda a uma percentagem ínfima dos hábitos de leitura dos brasileiros. Não falta, porém, uma justificativa: a questão dos livros digitais é ali tratada como uma tendência de leitura<sup>5</sup> (IPL, 2011).

Avancemos para a última edição da pesquisa, a ver quais reflexões seus objetivos declarados nos proporcionam. Os objetivos da pesquisa de 2020 foram: conhecer o comportamento do leitor; medir a intensidade, as formas, as limitações, as motivações e as representações sociais da leitura; conhecer as condições de leitura e acesso ao livro impresso e digital pela população brasileira; e, por fim, identificar os hábitos de leitura de literatura, especificamente (IPL; IC, 2020).

O confronto desta edição da pesquisa com as anteriores me permite perceber algumas lacunas que considero importantes. Não há menção a políticas e ações (sejam elas estatais, sejam provenientes do terceiro setor) que foram bem-sucedidas para a difusão da prática da leitura. Dessa forma, tornam-se opacas as relações entre mercado editorial e governo federal, no que se refere à gestão do comportamento da população que

---

<sup>5</sup> Embora esse ensaio não foque na leitura digital, não poderia deixar passar uma nota. A tendência de leitura digital apontada no relatório de 2011 parece não ter se confirmado até 2020. Pelo menos na sua última edição, na seção que identifica as formas de aquisição e os formatos dos livros adquiridos, 92% dos respondentes afirmaram que leram em papel. Somente 8% afirmaram ter lido um *e-book*. Esse percentual aumenta para 14% e 16% entre pessoas que têm (ou estão cursando) nível superior e têm de 18 a 24 anos, respectivamente (IPL, IC, 2020). Como a pirataria, a leitura digital parece não impactar o mercado editorial; mas diferentemente dela, há outras tantas seções do relatório que contabilizam a prática de leitura de livros digitais. O interesse do mercado pela leitura digital é óbvio. Contudo, a não-confirmação de uma tendência projetada há quase de 10 anos suscita alguns questionamentos, como: essa baixa adesão ao livro digital seria o reflexo de uma preferência pelo livro em papel? Ou haveria alguma relação com índices de letramento digital?

lê no Brasil. Oblitera-se também o crescimento ou decrescimento nacional da leitura, entendida como um dos fatores importantes para o desenvolvimento nacional.

O deslizamento entre os critérios de classificação das práticas de leitura me faz lembrar a reflexão de Desrosière (1993) sobre a taxonomia das atividades econômicas da França, no final do século XIX. Esse estatístico, historiador e sociólogo francês percebeu que as mudanças taxonômicas das pesquisas sobre as atividades produtivas da França acompanhavam a transição de uma lógica de mercado para uma lógica profissional e se associavam à criação de uma regulamentação estatal específica para as relações entre patrões e empregados. No que se refere à produção de um diagnóstico sobre os hábitos de leitura do brasileiro, seria então interessante nos perguntarmos quais lógicas subjazem ao deslizamento das categorias “leitor” e “nacional”, bem como a maneira pela qual se dá a construção social e estatística de um novo objeto de análise: a leitura. Ainda haveria a necessidade de questionar o esquecimento do Estado nacional entre os possíveis interessados no estudo.

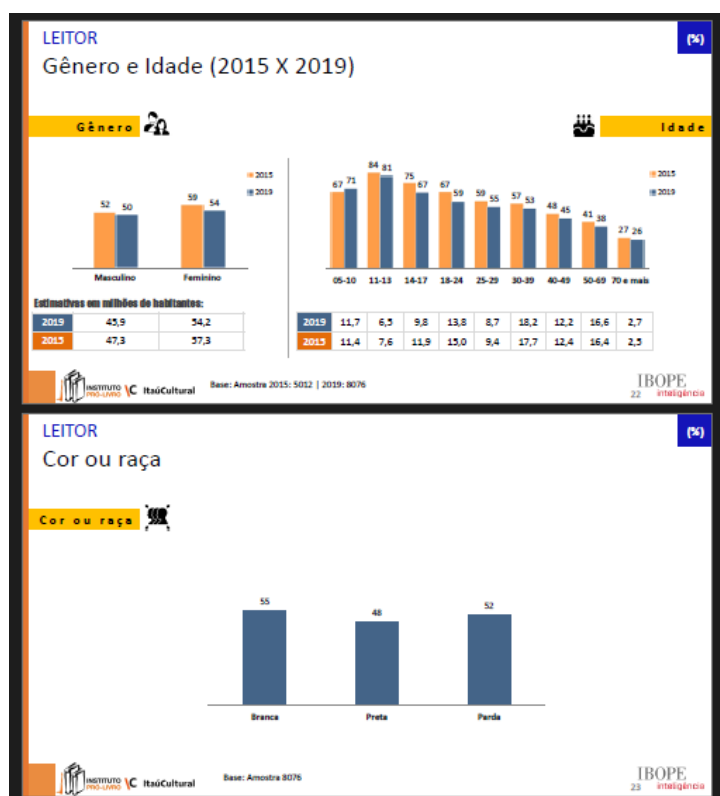
Algumas das “novidades da 5ª edição” do relatório dizem respeito à apresentação dos dados, desta vez permitindo uma leitura por capital. Destaca-se a criação de um módulo dedicado especificamente aos hábitos de leitura de literatura. Salienta-se também o surgimento de novos indicadores e opções de resposta, como a indicação de livros lidos, o modo pelo qual se teve acesso a eles, os formatos dos livros preferidos, a visita a eventos literários, a possibilidade de impacto de influenciadores digitais (especializados) no hábito de leitura, a inclusão de novos motivos para se frequentar ou deixar de frequentar uma biblioteca e a declaração das variáveis de raça e gênero para a análise de resultados (IPL; IC, 2020).

54, 81, 11 a 13, 55, 48, 52, 68, 67, 41, 54 e 63 são alguns dos números que fazem o leitor brasileiro, se o pensarmos em termos de percentual majoritário. 54% são mulheres (IPL; IC, 2020), permitindo-nos concluir que a leitura *seria* uma prática mais feminina do que masculina. Contudo, precisamos considerar que a diferença entre o percentual de homens e mulheres que leem é de apenas 4% e que a maioria da amostra da pesquisa também foi composta por mulheres. Assim, parece-me ser mais interessante ponderar que a prática de leitura *tenderia* a ser mais feminina e não se deve desconsiderar o percentual, nada pequeno, de homens que leem.

Quando enfocamos a idade dos leitores brasileiros, são o 81 e o intervalo de 11 a 13 que nos informam: 81% dos leitores têm entre 11 e 13 anos de idade. Quando se comparam os perfis dos leitores, a faixa etária que compreende a maior quantidade de

leitores muda: se destaca o intervalo entre os 30 e os 39 anos de idade (IPL; IC, 2020). Essa flutuação demandaria uma análise longitudinal, a fim de averiguar se o público adolescente que lia, há alguns anos, se torna o público adulto que lê mais atualmente. Ou ainda, se faz pertinente uma pesquisa que correlacionasse o papel do mercado de literatura infanto-juvenil a esse perfil de público. Em outros termos, o que eu me pergunto é: teria o mercado identificado os adolescentes como um público potencial e direcionado seus esforços de produção e difusão a eles? Ou seria o olhar do mercado editorial para esse tipo de literatura o que teria fomentado o crescimento desse público-leitor? Essas questões podem parecer com a pergunta sobre a origem do ovo e da galinha, mas são importantes para entendermos a agência por traz do desenvolvimento do hábito de leitura do jovem brasileiro.

Imagem 2 – Dados sobre cor e raça no relatório



Fonte: IPL e IC (2020).

A sobreposição de percentuais que identificam a cor ou raça do leitor é algo intrigante por si — como mostra a imagem acima. Se 55% dos leitores se identificam como brancos, 48% e 52% se identificam como pretos e pardos, respectivamente (IPL; IC, 2020). Não há qualquer informação no relatório de 2020 sobre a autoidentificação

racial ou étnica da amostra na qual se aplicou a pesquisa. Tampouco há informações que permitam traçar correlações entre etnia/raça, escolaridade, acesso ao livro e hábitos de leitura.

Além do 55, talvez o 68, o 67 e o 41 sejam os números que induzem a uma interpretação de que a leitura seria um hábito das elites — 68% dos leitores cursaram ou estão cursando o ensino superior e 67% pertencem à classe A. Já 41% declararam que a sua forma de acesso a livros é através da compra em livrarias físicas ou na internet (IPL; IC, 2020).

Contudo, quando se comparam os perfis dos leitores, essa interpretação cai por terra. Mais da metade dos leitores não se declaram estudantes (seja por terem concluído seus estudos, ou não) e a maioria se encontra no ensino médio, seguida de uma parcela considerável de estudantes do ensino fundamental II. Só depois, aparecem os estudantes universitários. Sobre a renda familiar, os leitores se concentram na classe C, seguidos pelos da classe B, D/E e, por último, os da classe A. A família dessa maioria de leitores ganha em torno de 1 a 2 salários-mínimos. Os leitores mais ricos — o que corresponde à soma dos leitores cujas famílias ganham entre 5 e 10 salários-mínimos com os leitores com renda familiar maior do que 10 salários-mínimos — leem menos do que aqueles cuja renda familiar não ultrapassa 1 salário-mínimo (IPL; IC, 2020). Esses números nos dizem que a leitura é um hábito das camadas populares.

Tomar exemplares emprestados de bibliotecas, familiares ou amigos, baixar livros na internet ou xerocar livros, dentre outras possibilidades, foram previstas pelo IPL e IC. Entretanto, essas práticas de aquisição de material para leitura têm representação percentual mínima. Assim, podemos inferir que a troca, o empréstimo ou a pirataria de livros pouco impactam o mercado editorial. Se a pirataria não fosse estigmatizada, ela poderia contribuir para o desenvolvimento do hábito de leitura do brasileiro? Seria a carência de bibliotecários nas escolas públicas do país e o tímido fomento a bibliotecas comunitárias fruto dessa percepção de baixo impacto no mercado? Se há menos leitores com altos níveis de escolaridade e renda familiar, a elaboração e execução de políticas culturais de incentivo à leitura não deveria focar na parcela da população com menos anos de estudo e renda?

54 e 63 nos falam da distribuição dos leitores brasileiros pelo território nacional. 54% se concentram nas capitais das unidades federativas ou na região metropolitana que as circunda. Já 50% se dizem moradores do interior (IPL, IC, 2020). Quando passamos a nos perguntar pela distribuição regional dos leitores brasileiros,



temos que 63% moram na região Norte, 58% no Sul, 51% no Sudeste, 48% no Nordeste e 46% no Centro-Oeste (IPL, IC, 2020). Como os percentuais são relativamente próximos, podemos pensar que o hábito de leitura não se concentra em um local ou região específica. Não há, então, uma justificativa do tipo para explicar a centralização de bibliotecas públicas estaduais e federais nas capitais nacionais ou de eventos literários de grande porte, como bienais, na região Sudeste.

Mas se abandonarmos o critério da representação majoritária? E se quisermos saber quem é o leitor brasileiro em números absolutos? Neste caso, são os números 1 e 3 que importam. Sim, apenas o 1 e o 3. Isso porque, no relatório, o “leitor” é definido como aquela pessoa que leu pelo menos 1 livro, inteiro ou em partes, nos 3 meses anteriores à pesquisa. Essa definição é contraposta à do “não-leitor”, que corresponde àquela pessoa que declarou não ter lido nenhum livro nos 3 meses anteriores à pesquisa, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses. Destaca-se, ainda, que essa categorização permanece a mesma desde a primeira edição do relatório, em 2007 (IPL, IC, 2020). Não há quaisquer explicações para a delimitação dessa quantidade de livros lidos, para a demarcação desse intervalo temporal ou para a correlação que se institui entre ambas. Entre essas duas balizas, a da temporalidade parece ser a mais especulativa, uma vez que a enquete foi aplicada entre os meses de outubro de 2019 e janeiro de 2020. Assim, os 7 meses que margeiam os limites entre o referencial do primeiro questionário e a aplicação do último não seriam suficientes para refletir as práticas de leitura dos brasileiros durante um ano inteiro. O que dizer de um relatório que se publica a cada 4 anos?

A isso, devemos somar o fato de que, na seção do relatório que apresenta os dados sobre o gosto pela leitura, é estabelecida uma oposição entre “leitor” e “comprador de livros”. No entanto, quando se trata das formas pelas quais se adquirem livros, a compra pela internet ou em livrarias é a opção mencionada com mais frequência e essa oposição desaparece (IPL; IC, 2020). O abandono da categoria “comprador de livros” pede pela verificação dos critérios avaliativos do IPL, semelhante à análise de Desrosière (1993) sobre a categorização da “pobreza” pelo Estado francês. Se a identificação de diferentes ações está presente no relatório, partir para um sumiço da categoria “comprador de livros” ou para sua incorporação pela de “leitor” significa delinear uma categorização de pesquisa já consagrada pelo mercado editorial. Ou seja, há uma identificação entre leitores e compradores de livros, de modo que o incentivo aos primeiros se confunde com o encorajamento a se tornarem os segundos. Portanto, uma taxonomia detalhada e os percentuais que acompanham as categorias de uma pesquisa são importantes, “porque

eles apoiam a tomada de decisão por uma linha de ação precisa e as camadas definidas sucessivamente têm, cada uma, a sua importância e sustentam um argumento” (Desrosière, 1993, p. 316 – tradução minha).

Por meio desse relatório, um espaço social pouco mencionado no debate público se mostra de extrema importância para a configuração de políticas culturais de fomento da leitura entre os brasileiros. Além da família e da escola, espaços usualmente aludidos, ou apesar do recente interesse pelos influenciadores digitais, é o mercado editorial que investe na formulação de pesquisas e na construção de uma forma específica de saber-fazer (Foucault, 2021) a gestão comportamento leitor dos brasileiros.

A racionalidade moderna de uma decisão individual ou coletiva (Foucault, 2021) se associa à capacidade dessa decisão apoiar-se em coisas dadas e estáveis. A produção de saberes estatísticos encontra suas regras de funcionamento e suas finalidades em uma combinação entre as normas da ciência e as do Estado moderno e racional, centrado nas ideias de bem comum e de eficácia (Desrosière, 1993). Isso seria o que permite estabelecer comparações e equivalências entre diferentes entes em disputa, assim como delinear ações direcionadas a cada singularidade comparada. É uma incógnita, então, a razão pela qual o Estado brasileiro delegaria essa responsabilidade a agentes do mercado.

Considero importante terminar este ensaio com a lembrança de que, como o desemprego, a inflação, a pobreza e a natalidade, as práticas de leitura podem ser tornadas objeto de estudo e medição estatística, de modo a servir de apoio a descrições sociais, a denúncias e a ações políticas (Desrosière, 1993; Scott, 1998). O campo da estatística e da probabilidade usualmente mistura os problemas de Estado e de tomada de decisão, de um lado, às questões de conhecimento e demandas por explicações, do outro (Desrosière, 1993; Foucault, 2021). Portanto, a mensuração das práticas leitoras diz respeito a questões de política pública e governança, tanto quanto a uma vontade do mercado de conhecer os hábitos dos que leem. Céticos e ingênuos podem debater o peso de cada um.

## **Bibliografia**

DESROSIÈRES, A. **La politique des grands nombres**. Paris: La Découverte, 1993.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2021.

HULL, M. Documents and bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, n. 41, p. 251 – 267, 2012.

IPL – Instituto Pró-Livro. **Retratos da Leitura no Brasil**. 3.ed. São Paulo: IPL, 2011. Disponível em: [https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/3\\_ed\\_pesquisa\\_retratos\\_leitura\\_IPL.pdf](https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf) Acesso em: 14 jul. 2024.

IPL – Instituto Pró-Livro; IC – Itaú Cultural. **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo: IPL, 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/> Acesso em: 14 jul. 2024.

SCOTT, J. **Seeing Like a State**: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

SORÁ, G. **Brasilianas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: EdUSP; Com-Arte, 2010.